

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-CAMPUS VII
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BARBARA JORDÂNIA DE SOUZA COSTA

**FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA ESCOLA JOÃO TEMÍSTOCLES - CODÓ - MA: Um olhar
significativo nos desafios docente.**

CODÓ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Barbara Jordânia De Souza.

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA JOÃO TEMÍSTOCLES - CODÓ - MA: Um olhar significativo nos desafios docente / Barbara Jordânia De Souza Costa. - 2023.

39 f.

Orientador(a): Aziel Alves de Arruda.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2023.

1. Deficiência. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação Continuada. I. Alves de Arruda, Aziel. II. Título.

BARBARA JORDÂNIA DE SOUZA COSTA

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA JOÃ TEMÍSTOCLES - CODÓ - MA: Um olhar significativo nos desafios docente.

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão-Campus de Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda

Codó-MA

2023

BARBARA JORDÂNIA DE SOUSA COSTA

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA JOÃ TEMÍSTOCLES - CODÓ - MA: Um olhar significativo nos desafios docente.

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da UFMA/ CAMPUS VII –Codó, para obtenção do diploma de licenciatura em pedagogia.

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda
Orientador

Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais

Profa. Dra. Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pelo privilégio do sopro de vida e por Ele ser o alicerce do meu coração, agradeço também porque sem Ele jamais conseguiria alcançar meus objetivos. Agradeço cada pessoa que convivi e me motivou nessa longa jornada da graduação, meus amigos, professores, e a universidade Federal do Maranhão pela oportunidade, em especial as minhas colegas DeJane, Maria das Graças, Janice, Patrícia, Karla ,Radine sousa ,Luciana Alcobaça, e Celina e aos meus companheiros e companheiras de turma que foram fundamentais e sempre me motivaram a não desistir, Dany, Laura, Fabiana e Luana, Jardson, o meu muito obrigada a todos. Serei imensamente grata pelas trocas de experiências, carinho e cuidado. Gratidão, desejo que possamos construir uma linda trajetória profissional.

Gratidão

RESUMO

A presente pesquisa tem como título *Formação continuada em Educação Inclusiva e Educação Especial na escola João Temístocles Codó-MA*, tendo como objetivo investigar presença de práticas de formação continuada para a Educação Inclusiva e Educação Especial na escola João Temístocles que atende a primeira etapa do Ensino Fundamental, localizada no Município de Codó, estado do Maranhão. Os principais autores que sustentam as reflexões do estudo foram: Albertini (2009), Silva (2017), Martins (2003), que elencam e debatem a respeito da temática estudada e os comportamentos, hábitos e condutas sociais que influenciam o modo de vida em sociedade. Estes autores aqui citados colaboram na atividade metodológica adotada, de cunho qualitativo, partindo da análise dos questionários enviados para os professores e professoras, gestoras e supervisora da escola. Por meio do questionário foi possível identificar as políticas de formação continuada existentes e de que forma as ações de formação acontecem. Para tanto, a pesquisa se pautou na experiência e relato desses profissionais pontualmente. Concluímos que, apesar de termos leis e sanções que viabilizam e garantem direitos das pessoas com deficiência, nos diversos âmbitos da sociedade, principalmente no contexto escolar, podemos notar assim um longo caminho a ser percorrido para alcançar o que pretendemos e entendemos por inclusão.

Palavras-chave: Deficiência. Educação Inclusiva. Formação Continuada.

ABSTRACT

The present research is entitled Continuing Education in Inclusive Education and Special Education in the school Temístocles Codó-MA, aiming to investigate the presence of continuing education practices for Inclusive Education and Special Education in the school Temístocles located in the Municipality of Codó, state of Maranhão. The main authors that support the reflections of the study were: Albertini (2009), Silva (2017), Martins (2003), who list and debate regarding the studied theme and also the behaviors, habits and social conducts that influence the way of life in society. These authors collaborate to the methodological activity adopted, qualitative in nature, starting with the analysis of the segments of the questionnaires sent to teachers, school manager, and supervisor. Through the questionnaire it was possible to identify the existing continuing education policies and how the training actions take place. To this end, the research was based on the experience and reports of these professionals. We concluded that, although we have laws and sanctions that enable and guarantee the rights of people with disabilities, the various spheres of society based on the school context, we can note that there is a long way to go to achieve what we intend and understand as inclusion.

Keywords: Deficiency. Inclusive Education. Continuing Training.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A IMPOTÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	11
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA UMA LINHA DO TEMPO	15
4. CONHECENDO O CONTEXTO EDUCACIONAL DA ESCOLA TEMÍSTOCLES – CODÓ MA	23
4.1 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	24
4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA.....	24
4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	25
4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA	27
4.5 DIMENSÃO FÍSICA	27
5. PERCURSO METODOLÓGICO	27
6. APRESENTANDO E DISCUTINDO OS DADOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva em especial a modalidade educacional no país tem sido cenário de intensas reflexões, sobretudo, no que diz respeito a formação continuada de professores para atuar nessas áreas. Percebemos que os profissionais sentem-se inseguros e incapazes de lidar com as crianças com deficiências. A inclusão possibilitou o acesso desse público as escolas, ocasionando assim novas demandas para o ambiente escolar e forçando os órgãos competentes medidas para que as crianças tivessem acessibilidade e não fossem discriminadas nestes espaços.

As mudanças no cenário educacional e a chegada dos alunos no sistema educacional se deu pelos movimentos sociais como a Conferência Mundial Sobre Educação para Todos Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e, no Brasil, os documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, doravante LDB (BRASIL 1996), a resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Estes documentos possibilitaram de modo considerável a procura dos pais por vagas para os filhos com deficiência na educação básica, e do outro lado temos os professores que precisam estar preparados para atender e lidar com essas demandas, alguns com particularidades específicas, como Braille, Soroban, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Comunicação Alternativa.

Neste sentido, essas mudanças exigem da escola uma nova conduta que enfatizam uma educação para todos, o que implica diretamente na formação continuada em educação especial dos professores, sobretudo sobre a forma que essa temática vem sendo discutido não só nos espaços escolares, mas também nos Estados e municípios. Essa transformação fundamental e pedagógica deve estar pautada em garantir o sucesso na aprendizagem dos alunos. Diante desta questão torna-se notório que os professores precisam se sentir preparados pedagogicamente para atuarem com as pessoas com deficiência e que a formação específica na área seria o viés necessário para o sucesso da inclusão no ambiente escolar.

As inquietações dos professores frente aos desafios da educação especial, assim como as ações pedagógicas que precisam ser desenvolvidas na área, nos direciona a investigarmos de que forma na escola João Temístocles a formação

de professores na Educação Especial vem sendo desenvolvida e que políticas de formação pretendem ser implementadas para que as formações ocorram de forma contínua. De tal modo, o sucesso dos processos de ensino para inclusão depende de inúmeros fatos, no entanto, a formação dos professores configura-se primordial pelo fato de ser um questionamento e insegurança de muitos professores.

Diante do exposto a pesquisa traz o seguinte questionamento: Quais as ações de formação para professores na educação especial e inclusiva são realizadas pela escola João Temístocles? Essa é a questão que motiva este trabalho.

Nesse viés, os objetivos do estudo em questão voltam-se para investigarmos as ações de formação continuada em educação especial e inclusiva na escola Temístocles, no município de Codó-MA, seguido dos objetivos específicos, com a seguinte problemática: quais as ações de formação realizadas pela escola? Existe apoio da secretaria de educação do município de Codó referente ao envio de recursos pedagógicos? como que os professores lidam com as questões acerca da educação especial e acessibilidade?

O presente estudo está dividido em cinco seções, a primeira constitui-se desta introdução; seção 2 A Importância da formação docente para a educação inclusiva; 3 a linha do tempo da educação inclusiva; seção 4 a apresentaremos o contexto histórico da escola João Temístocles e por fim os procedimentos metodológicos abordados na pesquisa, que mostrará os passos dados até chegarmos aos resultados e discursões.

2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Refletirmos sobre a formação continuada dos professores exige uma postura bastante reflexiva a respeito das dificuldades que envolve esse viés, principalmente se tratando de uma formação específica que requer investimentos e o entendimento da temática para a sociedade atual. Os profissionais de educação têm um papel fundamental nas políticas educacionais, pois são estes profissionais os personagens principais para atingir os objetivos da educação.

A necessidade de uma reflexão sobre o trabalho docente, desenvolvido numa sociedade capitalista, requer, como forma de apreender a sua essência, busca desvendar singularidades do cotidiano a partir da interpretação do ofício. (MATOS; ALBERTINI, 2009, p. 119).

Essas reflexões vão de encontro aos questionamentos acerca da identidade e profissionalidade docente, devido à dificuldade de muitos professores não compreenderem a importância da formação continuada para suas práticas educativas. Conforme Mendonça e Nascimento (2020), existe falhas na formação de alguns profissionais que estão vinculadas a vários aspectos: Formação inicial, formação continuada, formação de ofício e outros, sendo estes fundamentais para se compreender a forma que as práticas educativas são fortalecidas com a capacitação e formação de professores. A formação continuada dos professores acentua na forma que lidam com as situações rotineiras da sala de aula saberes primordiais para lidarem com determinadas demandas.

Mourice Tardif pesquisador canadense expõe que se tratando da formação de professores, está ultrapassa o tempo que se passa na universidade. Partindo deste princípio, somente a formação básica e/ou inicial capacita o professor em sua totalidade para lidar com as demandas que surgem no decorrer dos anos na sua atividade profissional.

Neste sentido, Maria Alice Proença (2018), em seu livro *Prática Docente: a abordagem de Reggio Emilia e o trabalho com projetos, portfólios e redes formativas*, fala a respeito da formação de professores abordando uma reflexão acerca da compreensão do que é formar, dentro do que a autora expõe existe uma variedade de sentidos referente a formação de professores. “Formar-se é buscar a própria identidade, enquanto sujeito e membro de um grupo, fortalecendo o sentimento de pertencimento aquela realidade institucional”. (Proença,2018, p.9).

Nessa perspectiva a formação do professor pressupõe reflexões acerca da sua identidade e profissão docente, assim como os aprendizados adquiridos no decorrer dos anos.

A construção das ideias da autora considera que o desenvolvimento da formação de professores contorna determinadas particularidades: Primeiro passam pela transformação, depois ressignificam seus olhares, reelaboram planos estratégicos e por fim refletem sobre suas ações e a recriam na busca de uma identidade pessoal e profissional.

Compreendendo que a formação continuada é caminho para as ações futuras dos professores, principalmente por referirmos ao fato de que falamos sobre as principais demandas da sociedade e o perfil exigido para o profissional do futuro. Ao adentrarmos na formação continuada para a Educação Especial e Inclusiva nota-se que a temática tem sido objeto de estudos a partir da inclusão de alunos com deficiência no cenário educacional o que como consequência ocasionou a preocupação dos professores frente os desafios de lidar com a situação.

Freitas Toman (2020), apontam que diante dos problemas apontados para a continuação de propostas didáticas e metodologias que respondam à demanda dos alunos com deficiência das escolas regulares as ações de formação continuada fortalecem a importância em busca de maneiras para lidar com o impasse em relação à capacitação de professores para a atuação no cenário da educação inclusiva.

Consta-se neste contexto que, entre os obstáculos, para o desenvolvimento de uma educação que alcance as demandas dos alunos que passaram a serem ingressos nos espaços escolares a partir das políticas inclusivas, estão a falta de intervenções pedagógicas de ensino que desencadeiem em processo educacional de acordo com concepções pedagógicas.

A Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 é, assim como a Constituição Federal de 1988, um importante marco para a inclusão e para a conquista de direitos, além de objetivar a redução da exclusão causada pelas diferenças no que, em seu capítulo V, se mostra evidente a proposta para inclusão de pessoas com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades nas redes de ensino. A educação especial faz parte do sistema educacional e os movimentos inclusivos foram reforçados nas escolas pela política de educação especial pelo MEC, causando impacto na vida os professores. (Zulian, Freitas, 2001). A temática por ser importante, necessita dessa atenção no que se refere aos professores e a formação continuada na temática.

Algumas pesquisas apontam a importância da formação continuada na temática, entre as quais citamos Martins (2003), que ao avaliar um programa de formação continuada em Educação Inclusiva para professores que atuavam com alunos altamente prejudicados, constatou que após a inserção dos professores no programa, houve constantes mudanças principalmente no que diz respeito a atuação dos docentes na sala de aula, começaram a lidar com questões segundo o pesquisador que eram restritas somente aos profissionais específicos como: fonoaudióloga, psicóloga, fisioterapeuta. Atualmente a partir da formação e inserção das técnicas desenvolvidas na formação são conduzidas por professores e professoras.

A formação continuada permite um domínio maior tanto dos conteúdos a serem trabalhados, quanto as metodologias que podem ser aplicadas para facilitar a aprendizagem desse alunado. “Antes do programa foi possível constatar nas classes longos períodos sem atividades e atividades sem objetivo específico. Algumas das competências avaliadas sequer exigiam ensino direto para os alunos” (MARTINS, 2003, p. 14).

É notório e perceptível que a formação continuada proporciona mudanças nos espaços escolares e por esta razão são tão necessárias, no entanto, muitas escolas de Ensino Regular nunca foram oportunizadas uma única vez a realizarem formação a respeito da temática.

De acordo com Bueno (1999), os professores de Ensino Regular não possuem experiências com alunos com deficiência; os professores capacitados para a competência com base nas dificuldades específicas do alunado. As pesquisas e instituições formadoras devem capacitar os professores com conhecimentos teóricos e práticos.

Bueno reitera ao finalizar sua pesquisa que as instituições formadoras devem formar dois tipos de profissionais os do Ensino Regular que estejam capacitados com o mínimo de conhecimento e prática sobre o alunado diversificado; e professores especializados prontos para as demandas nas diferentes necessidades educacionais especiais, em nível de especialização.

Compreendemos nesse sentido que, as formações não podem ser limitadas mais devem percorrer não só o Ensino Regular, mas também a formação contínua para a educação especial, pelo fato de haver uma falta de formação em educação inclusiva.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL UMA LINHA DO TEMPO

A contar da época colonial no Brasil, a educação de alunos com deficiência tem ganhado uma certa atenção. Apesar do cuidado ser tão longe, o início desse calendário foi em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal em vigor, Conhecida como “constituição cidadã” pelo fato de garantir direitos de grupos sociais esquecidos, como os deficientes que participaram de forma ativa de sua formação. Agora iremos descrever um pouco sobre os marcos legais diretrizes e programas de educação especial de forma sucinta, bem como os elementos de referência internacional.

- Constituição Federal de **1988**: que tem como objetivo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º inciso IV).

Artigo 205: Define a educação como um **direito de todos**, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a “**igualdade de condições de acesso e permanência na escola**” como um princípio.

É dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), *preferencialmente na rede regular de ensino*.

1994 – Portaria MEC nº 1.793 – Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos–Ético–Políticos–Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

1996 – Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) abordou a Educação Especial no capítulo 5: define educação especial; assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público, entre outros itens.

1999 – Decreto nº 3.298 – Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

1999 – Resolução CEB N.º 4 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Também aborda a organização de sistema nacional de certificação profissional baseado em competências (art. 16).

2001 – Resolução MEC CNE/CEB 2– institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular **todos os alunos**, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

2001 – Parecer CNE/CP 9 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

A educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

2001 – Parecer CNE/CEB 17 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Este Parecer destaca-se por sua abrangência – vai além da Educação Básica – e também por se basear em vários documentos sobre Educação Especial.

Item 4 – A inclusão na rede regular de ensino “não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas”.

2002 – Lei nº 10.436 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

2002 – Portaria MEC nº 2.678 – Aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

2003 – Portaria 3.284 – Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

2004 – Programa Universidade para Todos (PROUNI)

É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Pessoas com deficiência podem concorrer às bolsas integrais.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE recomenda:

A acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares;

A implantação de salas de recursos multifuncionais;

A formação docente para o atendimento educacional especializado.

2007 – Decreto 6.094 – Implementação do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”, destacando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este é um documento de grande importância, que fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de “processo”, desde o título: “na perspectiva da” – ou seja, ele indica o ponto de partida (Educação Especial) e assinala o ponto de chegada (Educação Inclusiva).

2008 – Decreto legislativo 186 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

O artigo 24 da Convenção aborda a Educação Inclusiva.

2009 – Decreto Executivo 6.949 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

2009 – Resolução MEC CNE/CEB 4– Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

O AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

2010 – Conferência Nacional de Educação, CONAE, precedida por reuniões municipais e estaduais: quase 4000 representantes foram credenciados, inclusive pessoas com deficiência e seus representantes, algo inédito na história das políticas públicas do setor educacional no Brasil: Da CONAE saiu uma versão atualizada do Plano Nacional de Educação (PNE).

2011 – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O art. 3º estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele está baseado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades.

O Plano Viver sem Limite tem 4 eixos: Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde.

O eixo da Educação prevê as seguintes ações Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais – espaços nos quais é realizado o Atendimento Educacional Especializado;

Programa Escola Acessível – recursos financeiros para promover a acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva;

Programa Caminho da Escola – Transporte escolar acessível;

Pronatec – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo principal expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país. Oferece Bolsa-Formação para estudantes e para trabalhadores;

Acessibilidade na Educação Superior – Incluir –

Educação Bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras);

BPC na Escola.

2011 – Decreto 7.611– Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

O art. 1 declara que é dever do Estado garantir sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

2011 – Nota Técnica 06/2011 – MEC/SEESP/GAB– Avaliação de estudante com deficiência intelectual.

Cabe ao professor do Atendimento Educacional Especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores: do AEE e da sala de aula comum.

2012 – Decreto Nº 7.750 – Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REIC

O parágrafo 1 do Art. 1.º estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador -software neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

2013 – Parecer CNE/CEB nº 2/2013

Esse Parecer responde à consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio:

O IFES entende que a “terminalidade específica”, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada.

2014 – Plano Nacional de Educação foi sancionado em 2014. Define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A Meta 4, sobre Educação Especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deva ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Constituição Federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para **todas** as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.

2014 – Portaria Interministerial 05 – Reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).

A Portaria trata da certificação, que é a etapa final do Ensino Profissional e recomenda, entre outros itens, respeito às especificidades dos trabalhadores e das ocupações laborais no processo de concepção e de desenvolvimento da certificação profissional.

2015 – Lei n.º 146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) A LBI está em vigor desde janeiro de 2016.

O capítulo IV aborda o direito à Educação, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

2016 – Lei n.º 409 – Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de **instituições federais de educação superior**, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Declarações e Relatórios de agências de cooperação internacional são importantes para fortalecer a Educação Inclusiva, pois propõem valores e diretrizes que fundamentam a elaboração de leis e decretos.

1990 – Declaração de Jomtien (Tailândia) – Educação para Todos

Esta Declaração, da qual o Brasil é signatário, destacou os altos índices de crianças e jovens sem escolarização e propôs transformações nos sistemas de ensino, visando assegurar a inclusão e a permanência de **todos** na escola.

1994 – Declaração de Salamanca (Espanha)

Esta Declaração reafirmou “(...) o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de **educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino**”.

1999 – Convenção da Guatemala

Essa Convenção trouxe o princípio da não discriminação, que recomenda “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, ou seja, é preciso garantir direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros. Neste sentido, se for necessário oferecer recursos, metodologias ou tratamento diferenciado visando proporcionar condições adequadas, a indicação é que sejam mobilizados todos os investimentos que assegurem a equiparação de oportunidades. Esta não é uma ação discriminatória; ao contrário, ela visa promover o acesso, fazendo um movimento de inclusão fundamentado no princípio da Diversidade, para o qual a diferença é uma realidade e não um problema.

A Convenção vigora no Brasil desde setembro de 2001, quando foi aprovada pelo Senado como Decreto Legislativo n. 198/2001.

2001 – Decreto legislativo 198– Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).

2006 – Realização da Convenção da ONU em Nova York

Nesta Convenção foi apresentado o texto que abordava os Direitos das pessoas com deficiência, fundamentados nos direitos humanos e na cidadania, visando a inclusão social.

A Convenção assegura que pessoas com deficiência desfrutem os mesmos direitos humanos de qualquer outra pessoa: elas são capazes de viver suas vidas como cidadãos plenos, que podem dar contribuições valiosas à sociedade, se tiverem as mesmas oportunidades que os outros têm.

O artigo 24, que aborda a Educação, é claro: **“Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”**.

2013 – Relatório UNICEF – “*Situação Mundial da Infância*” (2013). Esse Relatório traz informações qualitativas e quantitativas sobre a inclusão de crianças e adolescentes na educação, inclusive no Brasil.

Dentro dos marcos legais e/ou seja as leis que fundamentam e fortalecem as políticas para a Educação Inclusiva, é importante falarmos um pouco sobre a educação inclusiva e Educação especial na LDB 9394-96. A Lei de diretrizes e bases LDB 9394-96, semelhante a Constituição Federal de 1988, é um importante avanço para inclusão e para o alcance de direitos além de ter a visão de redução da exclusão causada pelas diferenças no que, em seu capítulo V, se apresenta claramente a proposta para inclusão de pessoas com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades de ensino. Percebe-se, também a necessidade de profissionais com formação especializada, com a intenção de auxiliar estes estudantes em suas dificuldades e ao mesmo tempo, juntá-los com alunos não deficientes.

Com isso, Jairo de Paula, 2004, apresenta à definição a educação especial como:

“[...] uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades especiais de seu alunado.” (Jairo de Paula, 2004, p.43).

Dessa forma, é notório que apesar de cada vez mais alunos com especialidades estarem dentro das instituições escolares de ensino regular, encontra-se ainda muitas dificuldades enfrentadas por estes alunos em relação à sua aceitação dentro do ambiente educacional, seja por abandono e/ou preconceitos por parte de algumas escolas. Sendo assim, no que se refere ao contexto recente da inclusão educacional, Leite e Martin (2015,p.5), trazem o olhar para questões recentes como a criação e utilização de recursos para auxílio ao longo processo de aprendizagens de alunos com deficiência.

Nunes, Saia e Tavares (2015) destacam que educação especial e educação inclusiva são processos importantes e que uma deve acrescentar a outra. A educação especial é um ponta pé importante para atender as especificidades educacionais do aluno com deficiência e que possui, dentro da educação especial, grande significado

quando organizado e unificado ao progresso educacional do aluno não deficiente, trabalhando o convívio social e a percepção de que o diferente também tem seus direitos e deveres.

Com isso, revela-se possibilidades para se questionar acerca de como o aluno com necessidades especiais são tratados no contexto da sala de aula. Observando que, em muitos casos, quando um professor declara incluir alunos com especificidades em seu ambiente de ensino *"Vemos claramente que a inclusão aí não tem lugar, uma vez que os alunos em questão são tratados de forma tão diferenciadas que não fazem parte do grupo "alunos" simplesmente."* (NUNES, SAIA e TAVARES, 2015, p. 1110).

Neste sentido, a qualificação e formação continuada de professores voltada para a promoção educacional de alunos com deficiência e/ou necessidades especiais, é importante e indispensável para transformar o ambiente de ensino, com a finalidade de formar cidadãos questionadores e que se impõem de forma crítica mediante ao que lhes são propostos diariamente em meio à sociedade atual. Dessa maneira, Costa (2012), enfatiza que:

"Isso implica pensar a escola, como local de formação de seres críticos e pensantes, ou seja, capazes de se contrapor às tentativas de manipulação e dominação imposta pela sociedade de classes aos indivíduos, mesmo considerando-se ainda não ser possível negar a lógica capitalista, mas com possibilidades de problematizá-la e enfrentá-la com a concepção democrática de educação." (p.93)

Dessa forma, a formação continuada deve ter como foco o planejamento de metodologias eficientes para uma aprendizagem relevante por parte dos alunos, tendo como objetivo o diálogo, pois, nossa sociedade atualmente é composta por pessoas com opiniões e visões diferentes e, pensar propostas educativas a partir da análise destes pontos de vista, para que o aluno descubra suas próprias crenças, ideias e posicionamentos, se mostra um interessante instrumento para aquisição de conhecimento.

Portanto, se mostra necessário mudanças pertinentes dentro do sistema educacional, isto é, a escola deve estar capacitada, em suas políticas, currículo, e profissionais, além de proporcionar aos sujeitos com necessidades especiais, um ambiente acessível, com a finalidade de atender aos interesses dos alunos, sem nenhuma forma de discriminação. Além disso, a família deve se manter disponível/presente frente a lutas no que diz respeito aos direitos sociais e

educacionais de seus filhos, na busca de melhores condições educacionais e acessibilidade.

4. CONHECENDO O CONTEXTO EDUCACIONAL DA ESCOLA TEMÍSTOCLES – CODÓ MA.

A Unidade Escolar Municipal João Temístocles, foi fundada em 1973, sob a direção da Sra. Terezinha de Jesus Lima. Inicialmente o prédio era uma casa de taipa, coberta de telha, onde residia o Sr. João Temístocles e família. Portanto, ele era casado, tinha 6 filhos (José Filomeno Lima, Osvaldo Cruz Lima, Raimundo Gonzaga Lima, Ruy Vanderlei Lima, Terezinha de Jesus Lima e Vanderlice Nazaré Lima) e trabalhava como guarda-fio (cuidava dos fios de telégrafo de Codó a Coroatá). O mesmo faleceu em 1973.

Salienta-se que através de sua morte, sua filha Terezinha de Jesus Lima montou na própria residência uma escola para atender a demanda de crianças do bairro São Pedro que não eram alfabetizados, nesta escola comunitária trabalhavam voluntariamente 02 professoras (Terezinha de Jesus Lima e Vanderlice Nazaré Lima) e 01 zeladoras (Maria da Conceição Mendes Carvalho) que ajudavam no processo educativo dessas crianças.

Em 1974 o prefeito José Domingues Araújo, a pedido da mesma, colocou a escola em funcionamento atendendo nos três turnos a clientela de alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental de oito anos, sendo que, nos turnos matutino e noturno a escola funcionava com o nome de João Temístocles e no vespertino recebeu o nome de Irmã Flávia. Ressalta-se que, continuou funcionando assim até o governo prefeito Dr. José Anselmo de Freitas, que no seu pleito de governo construiu o prédio da escola.

De 1993 a 1996 a escola funcionou nos turnos, matutino e noturno sob direção da Sra. Terezinha e no vespertino sob outra direção. Contudo, em 1997 o prefeito Ricardo Antônio Archer, fazendo a reforma da mesma, reinaugurou com o nome de João Temístocles em todos os turnos.

Vale dizer que, esta instituição de ensino foi reformada e ampliada no dia 01 de outubro de 2018 no governo do prefeito Francisco Nagib Buzar de Oliveira, assim, atualmente, funciona com o Ensino Fundamental de 1º ao 5º anos, nos turnos, matutino e vespertino com um número de alunos de 475.

4.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

Os discentes matriculados e frequentes da Unidade Escolar Municipal João Temístocles, são oriundos de classe baixa e classe média baixa moradores de diversos bairros da cidade de Codó. Os pais em sua grande maioria cursaram o ensino médio, outros possuem formação superior complementados de especializações dentro da área.

Outros são trabalhadores rurais e recebem ajuda do governo proveniente de ações sociais como o Bolsa Família (atualmente auxílio Brasil) e, os demais são funcionários públicos municipais, estaduais, empresas privadas ou anônimos. Em relação ao contexto familiar, constata-se que 75% destas são católicas, 25% destes são evangélicos ou adeptos às religiões afro-brasileiras. Sendo que, a grande maioria tem a família formada por 3 ou 4 integrantes e consideram como valores primordiais o ensino voltado ao respeito, conhecimento científico, valorização humana e ética.

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Pensar a gestão escolar democrática traz a possibilidade de promover ações necessárias a fim de melhorar as práticas didáticas/pedagógicas em sua totalidade, assegurando desta forma, a qualidade de ensino e a organização escolar. Segundo a Constituição Federal a educação é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e garantir sua gratuidade.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: “(Educação tem um importante papel de estimular reflexões e debates de forma a garantir as vivências dentro e fora do ambiente educativo pelo qual se respeitem as diferenças quanto ao gênero, raça, cor da pele, seus valores, seus saberes e suas relações sociais, uma vez que a escola, sendo um espaço de possibilidades, permite aos discentes produzirem e criarem a sua própria história.

Vale dizer que, a identidade da escola é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade de acordo com a clientela vigente neste ambiente,

com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade social, cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia. Contudo, propõe pensar às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico, respeitando a cultura, história e saberes oriundos de todos que fazem parte desta família educacional.

No que tange ao plano de intervenção pedagógica em prol das aprendizagens direcionada às crianças com déficit de aprendizagem a escola foi contemplada pelo governo federal do Programa Tempo de Aprender que veio atender aos alunos de 1º e 2º anos que não dominam as habilidades de leitura e escrita. A escola dispõe de três Professoras Voluntárias que realizam essas atividades de cunho pedagógico se consolidando com o plano de ação, onde com base nos indicadores de rendimento dos alunos de 1º ao 5º anos, são estabelecidas as possíveis causas destes resultados e traçadas as ações para intervenção e melhoria do processo educativo.

Salienta-se que a participação dos profissionais da escola, bem como, de toda comunidade escolar é essencial para a construção dos documentos oficiais bem formulados, pois permite a incorporação de diferentes modos de conceber o trabalho escolar. Através da participação efetiva nesses processos construtivos, estes sujeitos tornam-se agentes ativos no processo e a escola passa a ser um local privilegiado para a realização de um trabalho pedagógico contínuo que contemple a formação crítica, reflexiva, dialógica não só das crianças da Escola João Temístocles, mas de todos os cidadãos que refletem e buscam transformar a realidade em que vivem.

Portanto, cabe a equipe gestora ser líder, buscando uma maior aproximação tanto no grupo escolar quanto com a comunidade extraescolar, na tentativa de legitimar a Plano de Gestão Escolar. Neste sentido, cabe a SEMECTI a tarefa de realizar um real acompanhamento e auxiliar as escolas da rede no desenvolvimento dos trabalhos didáticos/pedagógicos, apoiando com recursos e materiais didáticos para que haja ação/reflexão/ação na íntegra. Sendo assim, a passos lentos as escolas podem conseguir a tão sonhada e desejada autonomia, gerando mudanças significativas nas relações e priorizando efetivamente uma educação pública democrática e de qualidade.

4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A Unidade Escolar Municipal João Temístocles possui atualmente uma gestora escolar, uma vice gestora, uma supervisora pedagógica que exercem a função nos turnos matutino e vespertino, duas assistentes administrativas, sendo que, uma trabalha no turno matutino e outra no turno vespertino, assim atendendo as necessidades e demandas relacionadas as atividades para auxiliar no processo de matrícula de alunos; organizar documentos e arquivos; verificar documentação de alunos; preencher relatórios diversos; documentos relacionados ao departamento de SEMECTI; digitar e conferir documentos; registrar entrada e saída de documentos; elaborar planilhas; atualizar cadastro de alunos no Sistema PEGE; realizar atendimento ao público; controlar material de expediente; executar outras tarefas compatíveis a sua função dentro da escola; seis auxiliares de turma que auxilia os alunos com deficiências e professores, acompanha as crianças para o recreio e banheiro, organiza a sala, atende os professores nas solicitações de material pedagógico em sala ou de assistência às crianças e colabora na organização da instituição contratadas em caráter temporário exercendo o trabalho nos dois turnos; três professoras psicopedagogas que exercem função na sala de Atendimento Educacional Especializado onde organizam, elaboram e identificam recursos pedagógicos de forma a eliminar as diferenças e as barreiras da discriminação, possibilitando a participação de todos os alunos, levando em consideração suas necessidades especiais, sendo duas no matutino e uma no vespertino; seis auxiliares de serviços gerais contratadas em caráter temporário que oferecem auxílio e suporte rápidos a diversos setores da organização, além de atuar na limpeza e na manutenção da higiene e organização dos ambientes, também é responsável por ajudar em outras funções como o controle de materiais, a limpeza geral e prepara alimentação das crianças, sendo que, duas destas funcionárias prestam serviço no prédio sede, duas profissionais no prédio anexo noturno vespertino e, duas servidoras auxiliares no matutino; dois vigilantes que trabalham em turnos de 24h para a organização e bom funcionamento desta unidade escolar, vigiam, zelam e guardam o patrimônio, com o objetivo de inibir ou detectar tentativas de crimes e roubos dentro da instituição. Além disso, faz-se necessário o respeito, compromisso, dedicação, cooperação e companheirismo a uma rotina de funcionamento, que está organizada da seguinte forma: Recepção das crianças das 7h às 7h30min/13h às 13h30min, realização de atividades pedagógicas, das 7h15min às 11h30min/13h15min, organização e limpeza dos ambientes das 6h às 7h, 11h30min às 13h, 17h30min às 18h, lanche de 9h15 às

9h30min/15h15às 15h30min. A administração escolar está moldada nos princípios da gestão democrático onde a comunidade escolar é convidada para participar da formulação e adequação dos documentos legais que norteiam o trabalho pedagógico. No processo de gestão democrática, é importante que todos os segmentos da Unidade escolar, trabalhem em harmonia, conjunto, união e juntos oportunizem vivências significativas e salutareis às crianças, proporcionando uma educação de boa qualidade.

4.3 DIMENSÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros disponíveis na Escola João Temístocles são oriundos de verbas disponibilizadas pelo Governo Federal (PDDE Interativo, Educação Conectada, Tempo de Aprender, Sala de AEE). Considera-se que a unidade escolar é uma instituição social cujo objetivo é agir na formação do indivíduo, compreendendo e respeitando as singularidades, individualidades, e as aprendizagens durante a infância. Nessa perspectiva todas as metas devem ser pautadas em ações planejadas, organizadas em consonância com os objetivos onde as prioridades sejam discutidas e elencadas de forma participativa, conjunto, dialogada com toda comunidade escolar, assim os recursos serão utilizados através de decisões coletivas, apresentadas, discutidas em reunião com toda comunidade escolar.

4.4 DIMENSÃO FÍSICA

A estrutura física da Unidade Escolar Municipal João Temístocles é composta por 08 salas de aula sendo: 03 salas normais de tamanho padrão sem divisões, 04 salas grandes; 01 sala de AEE; 01 sala de diretoria; 01 sala de professores; 01 despensa; 01 cozinha com depósito, 01 refeitório de tamanho mediano; 01 pátio de tamanho mediano e largo; 01 corredor curto e estreito; 01 área pequena para as crianças ficarem antes da entrada na escola; 03 banheiros masculinos normais e 01 adaptável; 02 banheiros femininos normais e 01 adaptável; 04 salas utilizadas no CMEI Irmã Flávia Maria de São Luís no turno vespertino, funcionando como anexo desta unidade de ensino.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho fundamentou-se na perspectiva qualitativa de pesquisa, seguindo os preceitos de Lüdkee André (1986) e de Bogdan e Biklen (1994), que sustentam a investigação qualitativa como processo de *associações e paralelos* entre os

conhecimentos adquiridos no âmbito escolar e outros conhecimentos da vida cotidiana, permitindo-nos fazer associações considerando que nos apropriamos de conceito de significados que consideramos relevante sequer traduza alguma importância particular, entendendo, pois, que tal abordagem “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial” (BOGDAN;BIKLEN,1994,p.49), possibilitando-nos acesso direto como ambiente e sujeitos de investigação.

Os dados foram coletados a partir de um questionário com perguntas objetivas aplicado nas professoras e professores da escola João Temístocles em Codó estado do Maranhão. Em primeiro momento se faz necessário identificar quais as ações de formação continuada para a educação Especial e Inclusiva e se o município tem ou pretende criar uma política de formação.

Nesse sentido, a coleta de dados e análise segue o seguinte formato:

1-Identificação dos profissionais da escola que atuam com alunos com deficiência;

2-Descrever a percepção dos professores a respeito da formação continuada.

De tal forma, a análise da bibliografia sobre a temática dará margem para identificar quais métodos são possíveis de serem desenvolvidos para a formação continuada dos professores.

Desta forma, a pesquisa terá margem na análise bibliográfica dos conteúdos sobre a temática que de acordo com Lima e Mioto (2007, p.38) consiste em um grupo organizado de métodos que deseja alcançar soluções e está concentrado no “objeto de estudo”.

Tendo como o instrumento de coleta de dados utilizado constituirá do questionário. Este constituiu um procedimento de análise contido de indagações destinadas a determinado grupo com o intuito de coleta de esclarecimentos sobre variados assuntos (GIL, 2008, p. 121).

O uso desse instrumento possibilita alcançar um número maior de pessoas, garante sigilo na pesquisa, e permite que os sujeitos escolham o momento mais conveniente para respondê-lo, além de ser o meio mais viável para o momento de pandemia.

6. APRESENTANDO E DISCUTINDO OS DADOS

Para darmos início na discussão dos dados primeiro gostaria de ressaltar que para a realização dessa pesquisa, contamos com a participação de 10(dez)

professores da escola João Temístocles, localizada na cidade de Codó/MA, com isso, foi aplicado um questionário que deu base para a construção e aprofundamento da presente pesquisa.

Recebemos o retorno de todos os entrevistados, o que deu espaço para a organização e discussão dos dados. As perguntas do questionário se dividiam por duas características tendo, portanto, perguntas com alternativas e discursivas as quais iremos descrever a seguir:

A identificação dos sujeitos da pesquisa será por meio de números romanos I, II, III, IV, V e assim sucessivamente, por uma questão ética, no intuito de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no período de

Durante observação e análise dos dados coletados foi possível perceber que os discentes da escola acreditam que a formação de professores para Educação Especial e Inclusiva pode contribuir de modo muito significativo para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

A primeira seção de perguntas do questionário foi composta por perguntas a respeito da idade destes profissionais, como por exemplo: idade, sexo. Logo em seguida perguntas sobre a graduação e tempo de atuação. Vejamos:

Quadro1: Identidade dos Sujeitos

Idade e Sexo dos profissionais	
I	Feminino, com mais de 35 anos
II	Feminino, entre 31 a 35 anos
III	Feminino, mais de 35 anos
IV	Masculino, entre 26 e 30 anos
V	Feminino, entre 31 e 35 anos
VI	Feminino, entre 20 e 35 anos
VII	Feminino, entre 31 e 35 anos
VIII	Feminino, mais de 35anos
IX	Feminino, entre 31 e 35 anos
X	Feminino, entre 31 e 35 anos

Fonte: Autor

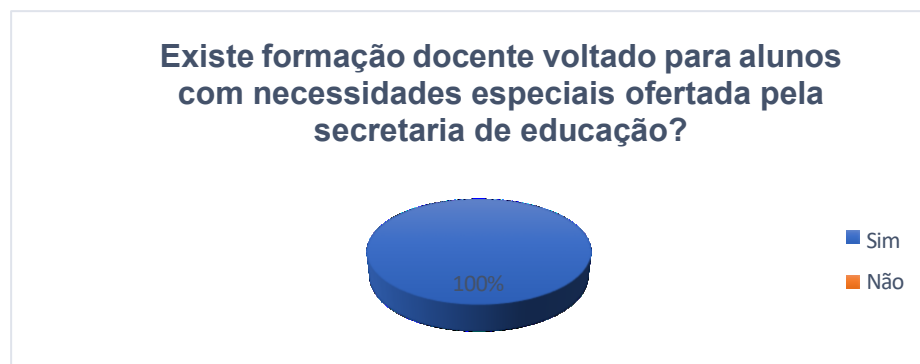
Nessa tabela foi possível observar que o quadro de docentes da escola é composto por mulheres, o que comprova os dados do Censo Escolar da Educação 2021, que aponta que 77,5% das matrículas da Educação Básica brasileira são de profissionais mulheres. O que nos faz perceber que apesar dos números de homens atuando na educação básica está aumentando, ainda sim é gigantesco o percentual de mulheres atuando na Educação.

Partindo para a segunda parte do questionário, agora, vamos nos aprofundar nas perguntas que tratam diretamente do tema que a pesquisa pretende se aprofundar,

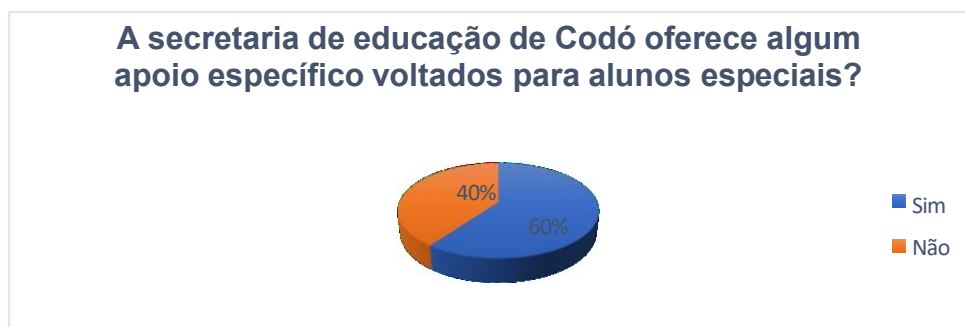
2ª PARTE: FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA TEMÍSTOCLES - CODÓ - MA: um olhar significativo nos desafios docente



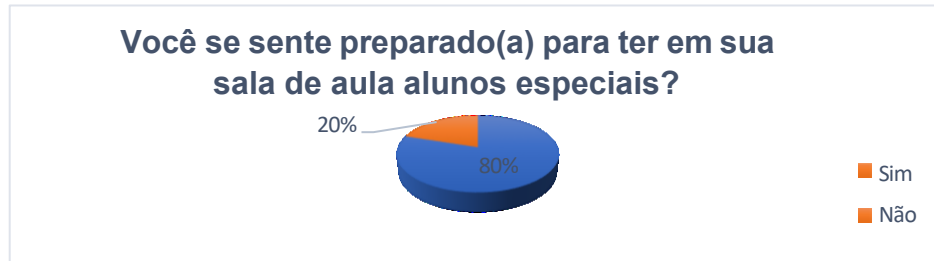
Com as respostas das professoras podemos observar que, a formação docente voltada para o atendimento e o ensino de alunos com necessidades especiais ainda se encontra sendo ofertada de maneira rasa não fornecendo a grande maioria dos docentes o contato com a conteúdo formativo irá guiar o trabalho nessa perspectiva.



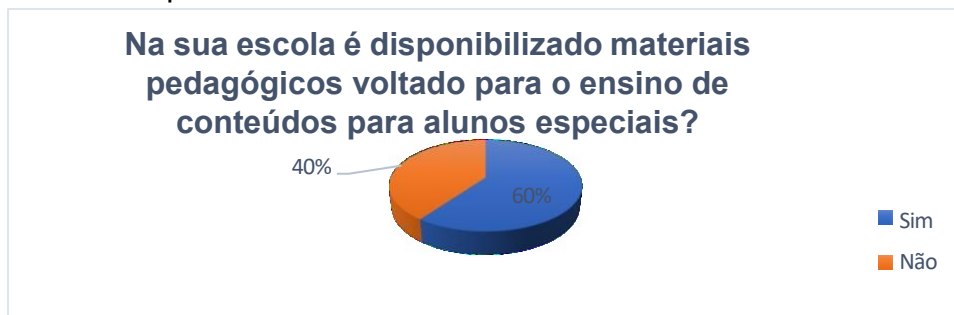
De acordo com as respostas dadas pelas professoras, podemos observar que, não existe nenhuma formação voltada para essa perspectiva.



Infelizmente, pode-se observar que, o apoio oferecido para essa especificidade de público ainda se encontra distante e limitado indo ao contrário do que deveria ser oferecido.

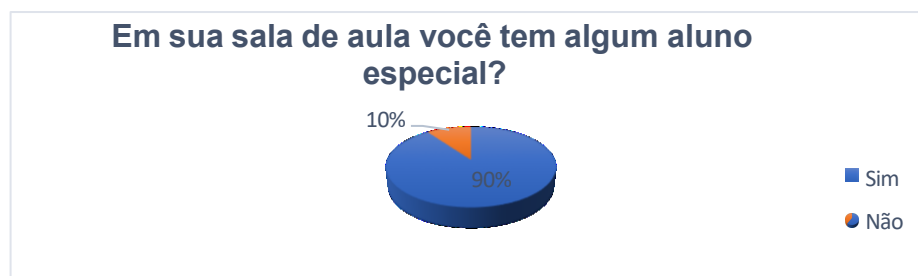


Seguindo as respostas das professoras vemos que elas apresentam uma segurança para o desenvolvimento de um trabalho que responda a necessidade desse público em específico.

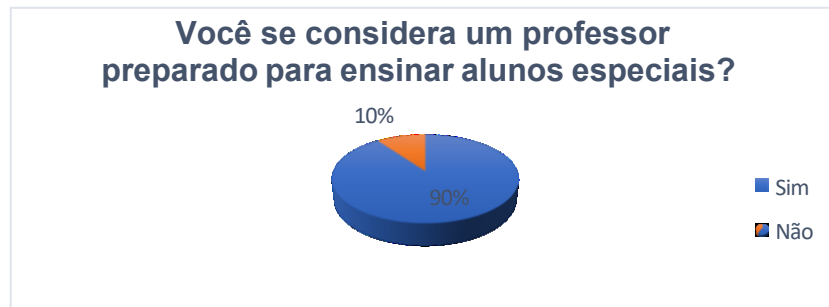


Os materiais disponibilizados são destinados somente para a sala de AEE, ficando assim, limitado dependendo do profissional que atua dentro dessa sala.

Somente na sala de AEE com atividades que acontecem no contra turno, o que de certo modo, se caracteriza como um apoio limitado não sendo culpa da escola, mas sim, da falta de apoio do poder público.



Considerando não só as respostas das professoras, mas também a minha atuação profissional dentro dessa escola posso afirmar que sim, temos esse apoio, mas somente para os alunos que frequentam o contraturno na sala de AEE.



Infelizmente uma professora afirma que não se sente preparada para ensinar alunos com necessidades especiais porque ela não apresenta nenhuma formação que garanta a ela segurança no desenvolvimento de um trabalho que caminhe para essa perspectiva.

O questionário apresentou perguntas acerca das ações formativas em Educação Inclusiva e Especial realizadas na escola e principalmente sobre como as professoras se sentiam em relação a temática, interessou-se em compreender se a escola possuía formação para os profissionais a respeito da temática educação especial e inclusiva, foi possível observar que apesar da escola abrir espaço para a formação da equipe de profissionais da escola, ainda existem muitas barreiras que precisam ser superadas para alcance dos resultados esperados a esse respeito.

. De tal modo, Denari, (2006) pontua:

Os professores são os principais agentes do processo educativo, instaura-se o desafio de pensar a sua formação em uma perspectiva inclusiva, ética e cidadã frente aos desafios da diversidade humana e das diferenças na escola, tarefa que vem exigindo os envolvimento de profissionais de diferentes formações e âmbitos de atuação. (p.60).

Por esta razão, é importante a escola está ciente que os profissionais que compõem a equipe, sobretudo os professores devem estar conscientes que dentro da perspectiva inclusiva eles são fundamentais.

A respeito da escola oferecer formação continuada para professores sobre a formação docente voltada para se trabalhar com alunos com deficiência, todas as professoras responderam que a escola não oferece esse tipo de formação. Considerando o fato de a escola compreender que as crianças com deficiências devem ser tratadas de modo igualitário, elas sentem essa necessidade. De tal modo, Cruz (2005) enfatiza que:

As pessoas com deficiência têm as mesmas necessidades de qualquer outro cidadão ou cidadã na sociedade. Infelizmente grande parte da população, não só as pessoas com deficiência, não têm suas necessidades atendidas, desde as mais básicas de sobrevivência às mais complexas de participação efetiva na sociedade. (p. 51).

Ademais, a escola compreende que os alunos com deficiência têm as mesmas necessidades de qualquer outra e que precisam ser tratadas com respeito e cuidado, embora a sociedade não consiga atender de modo integral essas necessidades, a escola deve tentar desempenhar esse papel.

As professoras **I, V, VII e X** sobre o Município de Codó oferecer formação e apoio auxiliar para as crianças com deficiência, afirmam que sim o município oferece e as demais afirmam que somente em partes a o município oferece capacitação. Neste sentido, é muito importante que o município de atente para essas questões principalmente pelo fato da escola que tem crianças com deficiência, precisam estar preparadas e equipadas para receber este público.

Acessibilidade significa a possibilidade de acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ao meio edificado público e privado, aos transportes e às tecnologias da informação e da comunicação, de modo a assegurar o exercício da cidadania através do acesso sem barreiras ao meio envolvente, onde os serviços, produtos e equipamentos estão disponíveis. (CARDOSO, 2009, p. 96-97).

A escola necessita da ajuda do poder público no sentido de possibilitar o acesso desses profissionais a formação sobre a temática, assim como o acesso das crianças e até mesmo de futuros professores com deficiência no ambiente escolar.

O questionário também perguntou a respeito dos apoios pedagógicos e também sobre o apoio especializado, todas as professoras responderam que sim, tem recursos disponíveis, assim como apoio especializado para lidarem com as demandas. Neste sentido, o fato da escola disponibilizar estes recursos e também espaços especializados fortalecem a importância da formação continuada na escola e também no município. Assim, a formação continuada bem como palestras e outras atividades que visem discutir políticas públicas, acessibilidade e inclusão, assunto

aqui debatido, tal atenção dada a “essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado [...]”. (JESUS, PANTALEÃO E ALMEIDA, 2015, p. 4).

Os autores enfatizam que a formação continuada seja elas nos setores públicos ou privados proporcionam condições favoráveis as pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar a formação continuada em educação especial e inclusiva na escola João Temístocles, a partir do olhar significativo dos desafios docentes, localizada em Codó, estado do Maranhão.

Por meio da observação e análise dos dados coletados pode-se perceber que, os docentes da escola João Temístocles acreditam que a formação de professores para Educação Especial e Inclusiva podem contribuir de modo muito significativo para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Com isso, reforço que apesar dos professores terem passado por uma formação inicial, é necessário que estes continuem seu processo de formação, a formação continuada permite a evolução constante do profissional, principalmente pelo fato da educação está sempre em transformação e cada vez mais os alunos com necessidades especiais devem ser inseridos no ambiente escolar, uma vez que os pais se sentem mais seguros e acabam criando um vínculo de confiança maior com os profissionais de educação.

É também de suma importância que exista a parceria da escola e família nesse processo, pelo fato de que apesar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais tenha direitos assegurados por leis tais como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e a Lei de Assistência Social, que são algumas das leis que garantem a integração da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais em meio social, além de garantir o direito à educação e ao trabalho, tais garantias não estão sendo atendidas no todo ou não estão sendo dadas condições suficientes que garantam a inclusão dessas pessoas. O fortalecimento desses vínculos e a abertura da escola para se falar a respeito da temática e buscar soluções para que esse alunado seja atendido é fundamental.

Por fim, este trabalho buscou trazer um olhar mais significativo sobre formação continuada para educação especial e inclusiva e trazendo uma reflexão acerca dos direitos que precisam ser assegurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Luciane Cunha, Arquitetura acessível: uma reflexão sobre o espaço construído. In: **Igualdade nas diferenças**: os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade. (org.) Soraya Bragança, Marcelo Parker. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Cap. 5, p. 95-111.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre. Mediação, 2004. 176p.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais Para quê?. In: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. (orgs.) MIRANDA, Theresinha Guimarães. FILHO, Teófilo Alves Galvão. –Salvador: EDUFBA, 2012. 491 p.

CRUZ, Luiz Soares da. As pessoas com deficiência e o trabalho. In: **Inclusões**. BARBOSA, Ana Maria E. C.- -São Paulo: Rede Saci; Fundação Banco do Brasil, 2005. cap. 5 p. 51-56.

DAVID, Célia Maria. Política educacional brasileira e sua dimensão social; verso e reverso. In: DAVID, Célia Maria. SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. RIBEIRO, Ricardo. LEMES, Sebastião de Souza (Orgs). **Desafios Contemporâneos da Educação**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. cap. 6, p. 123-146.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Ceará, 2017.

FIGUEIRA. Emílio. Outros aspectos e atores da inclusão escolar. In: FIGUEIRA, Emílio (org.). **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. cap. 7, p. 96- 107

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2002.

JESUS, Denise Meyrelles de; PANTALEÃO, Edson; DE ALMEIDA, Mariangela Lima. Formação continuada de gestores públicos de educação especial: Políticas locais para a inclusão escolar. **EducationPolicyAnalysisArchives/ArchivosAnalíticos de Políticas Educativas**, v. 23, p. 1-20, 2015.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas. 1991.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de Andrade. *Metodologia científica* 4. ed. – São Paulo : Atlas. 1996.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. A integração pelo trabalho na sociedade da exclusão. **Anais do encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em educação**, 2001.

LEITE, Lúcia Pereira; MARTIN, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. A educação especial em tempos de educação inclusiva: dos aportes normativos aos aspectos operacionais. *In: Desafios contemporâneos da educação* [livro eletrônico]/ (org.). David, Célia Maria... [et al.]. – 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. cap. 4 , p. 106-122.

LÜDKE, M.; ANDRÉ M. E. D. A (1986) **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, cap. 3.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Os Sentidos da Integração e da Inclusão, no Contexto da Inserção Escolar de Deficientes. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004.

MARQUES, C. V. V. C. O; FERREIRA, L. H. **Formação inicial na docência em química: reformulações e realidade**. São Luís: EDUFMA, 2016.

MENDES, Cleberson de Lima; RIBEIRO, Sonia Maria. **Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação**. Blumenau- vol. 12, n. 1, p. 189- 206, jan/Abr. 2017.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

PAULA, Jairo de. A inclusão e suas adversidades. *In: PAULA, Jairo de. Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio social*. 2ª ed. São Paulo: Jairo de Paula Editora, 2004, cap. 2, p. 43-57.

PASSERINO, Liliane Maria; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 831 – 846 Jul/ Set. 2014.

SILVA, Alice Cardoso da. HELAL, Diogo Henrique. A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Brasileiro: Perspectivas e Desafios. **Revista FSA**, Teresina PI, v. 14, n. 5, art. 2, p. 32-54, set./out. 2017.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista brasileira de educação**, v. 11, p. 424-434, 2006.

Thiollent, M. J. M. *Metodologia da pesquisa- ação*. São Paulo. Cortez. 1996.

THOMAZ, Daiane; RIBEIRO, Sonia Maria. **Professores com deficiência: vivência de in/exclusão na formação inicial e contribuições para o trabalho docente.** Revista Cocar. Belém, v.10, n.9, p. 382 a 403 – Jan.- Jul. 2016.